



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA**

RENATA ALVES BEZERRA

**ESTUDO DE CASO DA GESTÃO DE ACOMPANHAMENTO DE
CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CRAS**

PIQUET CARNEIRO

2018

RENATA ALVES BEZERRA

ESTUDO DE CASO DA GESTÃO DE ACOMPANHAMENTO DE
CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CRAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof^ª. Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso

PIQUET CARNEIRO

2018

Bezerra, Renata Alves.

B649e

Estudo de caso da gestão de acompanhamento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e CRAS / Renata Alves Bezerra. - Redenção, 2018.

31f: il.

Monografia - Curso de Especialização em Gestão Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof^a. Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Condicionalidades. 3. Centro de Referência de Assistência Social. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 353.53320981

RENATA ALVES BEZERRA

ESTUDO DE CASO DA GESTÃO DE ACOMPANHAMENTO DE
CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CRAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em
Gestão Pública da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
como requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Eduardo Soares Parente
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. João Coelho da Silva Neto
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me permitido concluir mais essa etapa acadêmica, apesar de todas as dificuldades e obstáculos que encontrei durante a pós-graduação ele me deu forças para continuar.

Aos meus pais por me apoiarem em todos os momentos da minha vida, a minha irmã por ser exemplo de força de vontade e determinação, e apesar da distância sempre se fazer presente em minha vida e ao meu irmão por ter me ajudado sempre que precisei me deslocar até a cidade de Piquet Carneiro.

A Pedro William por todo apoio psicológico, por sempre acreditar na minha capacidade e nunca me deixar desistir. A Marta Maria Nogueira por ser minha parceira mais uma vez nessa jornada, me ajudou e me fez companhia em todos os momentos dessa especialização, resistindo comigo até o final.

A minha orientadora Vanessa Ingrid pelas valiosas contribuições e orientações, por se colocar sempre tão acessível e disponível para tirar minhas dúvidas. Fica aqui o registro do meu muito obrigada a todas essas pessoas que contribuíram de forma significativa para que eu concluísse mais essa etapa.

RESUMO

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 pelo governo federal, esse programa é a união de vários outros de âmbito nacional, é o maior programa de transferência de renda do país, para receber esse benefício além de estarem no perfil de extrema pobreza, as famílias devem cumprir as condicionalidades do programa, que tem como objetivo potencializar o acesso dos beneficiários a direitos na área da saúde, educação e assistência social. As famílias que descumprem essas condicionalidades recebem advertências e correm o risco de ter seu benefício suspenso e/ou cancelado, a partir disso, profissionais de nível superior que trabalham nos Centros de Referência de Assistência Social realizam um trabalho com essas famílias na tentativa de superar essa situação. Diante desse cenário a pesquisa tem como objetivo geral: investigar o acompanhamento dos profissionais do CRAS às famílias em descumprimento de condicionalidades. E têm como objetivos específicos: buscar informações sobre quais são os principais motivos dos descumprimentos de condicionalidades das famílias daquele território; identificar como se dá o trabalho dos profissionais que fazem as visitas de descumprimento de condicionalidades e; avaliar os resultados dos trabalhos realizados com as famílias em descumprimento de condicionalidades. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o Programa Bolsa Família e o Centro de Referência de Assistência Social e em seguida entrevistas não estruturadas com os profissionais de um CRAS que realizam trabalhos com as famílias em situação de descumprimento de condicionalidades, utilizando da pesquisa qualitativa para analisar os resultados obtidos. A pesquisa nos mostrou que o maior motivo que levam as famílias a entrarem em descumprimento é a infrequência escolar de suas crianças e/ou adolescentes. Mostrou também que o trabalho realizado por esses profissionais tem um saldo bastante positivo, tendo em vista que a maioria das famílias conseguem sair da situação de descumprimento e voltam a receber seus benefícios. No entanto, existe a necessidade e a falta de um trabalho preventivo e continuado com as famílias beneficiárias do Programa, para que as mesmas não venham a entrar em descumprimento de condicionalidades e conseqüentemente perder seus benefícios, que em muitos casos é o único meio de sobrevivência daquela família.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Condicionalidades. Centro de Referência de Assistência Social.

ABSTRACT

The Bolsa Família Program was created in 2003 by the federal government, this program is the union of several others at the national level, it is the largest income transfer program of the country, to receive this benefit besides being in the profile of extreme poverty, families must comply with the conditionalities of the program, which aims to increase beneficiaries' access to rights in the areas of health, education and social assistance. Families who disregard these conditionalities receive warnings and risk having their benefit suspended and / or canceled, hence higher-level professionals working in the Social Assistance Referral Centers (SARC) work with these families in an attempt to overcome this situation. In this scenario, the research has the general objective of investigating the follow-up of SARC professionals to families in breach of conditionalities. And they have specific objectives: to seek information on what are the main reasons for the noncompliance of the conditionalities of the families of that territory; identify how the work of the professionals doing the visits of noncompliance with conditionalities occurs and; to evaluate the results of the work performed with the families in noncompliance with conditionalities. For this, a bibliographic research was carried out on the Bolsa Família Program and the Reference Center for Social Assistance and then unstructured interviews with the professionals of a SARC who carry out work with families in situations of noncompliance with conditionalities, using qualitative research to analyze the results obtained. Research has shown that the biggest reason that leads families to default is the school infrequency of their children and / or adolescents. It also showed that the work carried out by these professionals has a very positive balance, since most families are able to overcome the noncompliance situation and receive their benefits again. However, there is a need and a lack of preventive and continuous work with the beneficiary families of the Program, so that they do not come under noncompliance with conditionalities and consequently lose their benefits, which in many cases is the only means of survival of that family.

Keywords: Bolsa Família Program. Conditionalities. Reference Center for Social Assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

NOB/RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

PAIF – Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias

PBF – Programa Bolsa Família

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1 O Programa Bolsa Família.....	13
2.2 O Centro de Referência de Assistência Social.....	16
3 METODOLOGIA	18
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25
Apêndice I	27
Apêndice II.....	28

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, o Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003 pelo Governo Federal e possui dois pilares que se destacam: a transferência direta de renda e as condicionalidades. Esses dois elementos são base de funcionamento do programa. A transferência de renda atua com o objetivo do alívio imediato da vulnerabilidade financeira das famílias atendidas, proporcionando à família uma quantia mínima em dinheiro que varia de acordo com o número de gestantes, crianças e jovens residentes no domicílio.

As condicionalidades do PBF têm como objetivo potencializar o acesso das famílias beneficiárias aos seus direitos básicos como saúde, educação e assistência social, visando assim, melhores condições futuras para as crianças e jovens daquela residência, como afirma o MDS (2015): -as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza.].

O Ministério do Desenvolvimento Social - MDS é responsável por sistematizar e mapear os resultados do acompanhamento das condicionalidades do PBF, verificando assim, as famílias que não estão cumprindo as determinações do Programa. Podem existir muitos motivos para os beneficiários estarem em situação de descumprimento de condicionalidades, inclusive a dificuldade de acesso à saúde e educação. Portanto, é fundamental que essas famílias recebam visitas e sejam acompanhadas pelos profissionais técnicos dos Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, que buscam saber o motivo do descumprimento para tentar solucionar o mesmo.

É importante ressaltar que o CRAS é uma instituição pública através da qual a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, disponibiliza seus serviços sócio assistenciais, eles ficam localizados nas áreas de maior risco e vulnerabilidade social dos municípios. Funcionando como forma principal de contato das famílias com a política de assistência social, contando com uma equipe de nível médio e superior. É esta equipe técnica de nível superior, formada por assistentes sociais, psicólogo e pedagogo, que vai realizar as visitas e acompanhamentos de descumprimento de condicionalidades.

É um tema de grande importância para a gestão pública como um todo e seus gestores, tendo em vista que estuda um programa de transferência de renda do governo federal e a atuação dos profissionais de uma instituição pública. Portanto, é importante que os

gestores públicos tenham o conhecimento dos avanços e dificuldades dos servidores públicos com relação ao Programa Bolsa Família.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo geral: investigar o acompanhamento dos profissionais do CRAS às famílias em descumprimento de condicionalidades. E têm como objetivos específicos: buscar informações sobre quais são os principais motivos dos descumprimentos de condicionalidades das famílias daquele território; identificar como se dá o trabalho dos profissionais que fazem as visitas de descumprimento de condicionalidades e; avaliar os resultados dos trabalhos realizados com as famílias em descumprimento de condicionalidades.

Segundo a Redação da Agência Brasil (2016) há um grande número de cancelamentos do benefício: -O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário passou um pente-fino no Bolsa Família. Após analisar cadastros, constatou-se que 1,136 milhão de benefícios se encontram em situação irregular. Desses, 469 mil foram cancelados e outros 667 mil bloqueados.¶

Percebe-se assim, a importância de analisar o motivo das famílias estarem entrando em descumprimento de condicionalidades e qual trabalho vem sendo realizado com elas, pois esses descumprimentos muitas vezes levam ao cancelamento do benefício, o qual é o único meio de sobrevivência da grande maioria das famílias atendidas pelo Programa. Destacando também que o Programa faz parte de uma iniciativa do governo federal e, portanto, é responsabilidade da gestão pública o bom funcionamento do mesmo. Assim, se faz necessário um estudo sobre esse tema no município, com o intuito inclusive, de auxiliar os profissionais que trabalham com essas famílias, para que os mesmos possam a partir dessa análise, elaborar estratégias de superação para essas famílias.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Programa Bolsa Família

No início do século XXI nasce o Sistema Brasileiro de Proteção Social, uma forma de resposta encontrada pelo governo brasileiro para a extrema pobreza que assolava o país. Esse sistema propôs à população, políticas compensatórias e residuais, nada que fosse tirar aquelas famílias da pobreza, mas apenas uma forma de alívio imediato para as necessidades básicas.

Uma das propostas do Sistema Brasileiro de Proteção Social foram as políticas de transferência de renda, que começaram a ser implantadas no Brasil no ano de 1991. Sobre essas políticas Silva, Yazbek e Giovanni (2011) afirmam:

[...] garantir a autonomia do indivíduo como consumidor, atenuar os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade social, sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda, tendo como orientação a focalização na extrema pobreza, para que não ocorra desestímulo ao trabalho. O impacto é, necessariamente, a reprodução de uma classe de pobres, com garantia de sobrevivência no limiar de uma determinada Linha de Pobreza. (Silva, Yazbek e Giovanni, 2011, p. 42-43)

Logo, assim como citado acima, os programas de transferência de renda, incluindo o Programa Bolsa Família e assim como todas as políticas públicas, possuem uma base contraditória, pois ao mesmo tempo em que garantem direitos básicos da população, como: alimentação e moradia, garantem também a reprodução do sistema capitalista.

Ao longo dos anos, muitas políticas de transferência de renda foram criadas, e em 2003 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi lançado o Fome Zero que tinha como objetivo principal o combate à fome no país. Dentro do Fome Zero foi lançado o Programa Bolsa Família - PBF.

O Programa Bolsa Família é atualmente o maior programa de transferência de renda do Brasil, foi instituído pela Medida Provisória n. 132 de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que foi regulamentada pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. O Programa Bolsa Família é a união de vários outros programas de transferência de renda que existiam em todos os âmbitos: nacional, estadual e municipal.

O PBF beneficia famílias em situação de extrema pobreza com a transferência direta de renda, porém, existem algumas determinações impostas pelo programa para que as famílias recebam esse benefício, essas determinações são chamadas pelo Programa de

condicionalidades.

As condicionalidades do Programa são compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias, tais compromissos são relacionados a áreas específicas: saúde, educação e assistência social.

Na área da educação as condicionalidades são as seguintes: matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino; garantir a frequência escolar de no mínimo 85% da carga horária mensal do ano letivo, informando sempre à escola em casos de impossibilidade do comparecimento do aluno à aula e apresentando a devida justificativa e; a terceira condicionalidade na área da educação é informar ao setor do Programa Bolsa Família de seu município sempre que houver mudança de escola.

Os compromissos assumidos na área da saúde são: as gestantes e nutrizes devem ser inscritas no pré-natal e comparecer com o cartão de gestante às consultas nas unidades de saúde próximas de sua residência, seguindo o calendário do Ministério da Saúde; participação nas atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável; os responsáveis pelas crianças menores de 7 anos devem levar à criança às unidades de saúde ou locais de vacinação e manter atualizado o calendário de imunização, conforme diretrizes do Ministério da Saúde e; levar à criança às unidades de saúde, portando o cartão de saúde da criança, para a realização do acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento e outras ações, conforme calendário do Ministério da Saúde.

E para contemplar a política de assistência social devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, com frequência mínima de 85% da carga horária mensal, e também devem atualizar a cada dois anos ou a cada mudança no núcleo familiar o seu Cadastro Único.

Todas essas condicionalidades são acompanhadas pelos municípios que repassam sistematicamente para o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

Sobre os objetivos do PBF:

[...] combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram. (SILVA; LIMA, 2010, p.37).

Para alcançar esses objetivos, segundo o site do MDS (2015) a família recebe por mês a união de vários benefícios que são ofertados dentro do PBF, os benefícios ofertados são os seguintes: o chamado benefício básico é pago somente para aquelas famílias que tem uma renda per capita de até R\$ 89,00; existem também os benefícios variáveis que são pagos às

famílias com renda per capita de até R\$ 178,00, cada família pode receber até cinco benefícios variáveis no valor de R\$ 41, 00, são eles: o benefício variável vinculado à criança ou ao adolescente de 0 a 15 anos, benefício variável vinculado à gestante e o benefício variável vinculado à nutriz. Para as famílias que possuem adolescentes entre 16 e 17 anos recebem o valor de R\$ 48,00 podendo receber até dois por famílias. Além desses existe o:

Benefício para Superação da Extrema Pobreza, em valor calculado individualmente para cada família.

— Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 89,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa.

— O valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 89,00 de renda por pessoa. (MDS, 2015).

Segundo reportagem realizada por Lucas Marchesini e divulgada no site da Valor, os beneficiários do Programa Bolsa Família representam mais de um terço da população de onze estados brasileiros, todos das regiões Norte e Nordeste. Ao todo, no Brasil 21% da população tem como fonte de sobrevivência o benefício do PBF.

Diante disso é possível perceber a importância desse benefício na vida de muitas famílias, e quando o mesmo é suspenso ou cancelado, grandes prejuízos são causados aos beneficiários, principalmente, naquelas residências em que vivem gestantes ou crianças. A ausência do benefício muitas vezes resulta na ausência do alimento.

Portanto, é de fundamental importância que se estude quais são os principais motivos que estão levando as famílias ao descumprimento de condicionalidades e conseqüentemente a perda do benefício. O próprio Ministério do Desenvolvimento Social separa os motivos de descumprimentos em justificáveis e não justificáveis. Dentre os motivos não justificáveis encontram-se muitas situações graves como, por exemplo, trabalho infantil, violência e exploração sexual, violência doméstica, dentre outros.

Diante do exposto percebe-se que muitas vezes as famílias perdem o benefício por estar passando por situações muito sérias e que necessitam do Poder Público para conseguir superá-las. Por isso a importância das visitas de descumprimento de condicionalidades realizadas pelo CRAS, que quando identificam situações de risco social, fazem os devidos encaminhamentos e acompanhamento. Mas antes de analisarmos quais são os principais motivos e como vem se dando esse acompanhamento, é importante entendermos o que é e como funcionam os CRAS.

2.2 O Centro de Referência de Assistência Social

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é o contato inicial que a maioria das famílias têm com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. É um órgão público estatal descentralizado, ficam localizados nos territórios de maior vulnerabilidade social dos municípios e trabalham com a proteção social básica, ou seja, com a prevenção de riscos sociais e das violações de direitos, com o objetivo de fortalecimento de vínculos.

Esta instituição é referência de proteção social básica e serviços socioassistenciais em seu território de abrangência. Os serviços que são ofertados pelo CRAS têm caráter protetivo e preventivo, quando o equipamento possui espaço físico adequado esses serviços podem ser ofertados na própria unidade, quando não possui de local adequado pode ser realizado em outra unidade pública do território.

Os CRAS executam serviços socioeducativos, socioassistenciais e de convivência, voltados para famílias em situação de vulnerabilidade e tem como parte de seu público prioritário as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Para ofertar esses serviços a equipe de profissionais do CRAS deve mapear e conhecer todo o território, buscando saber quais são os maiores riscos daquele local, quais são as maiores necessidades da população, como também suas maiores potencialidades para serem trabalhadas e desenvolvidas. O CRAS também é o único equipamento da rede socioassistencial que desenvolve o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF.

A equipe de referência do CRAS é a responsável por ofertar todos os serviços socioassistenciais do equipamento, incluindo o PAIF. A composição dessa equipe é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, de acordo com o número de famílias referenciadas naquele equipamento.

No caso da cidade de Iguatu que tem um número igual ou superior a 5.000 famílias referenciadas deve ser composto por uma equipe de: quatro técnicos de nível médio, e quatro técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS. Além disso, deve possuir também um coordenador de nível superior.

Os técnicos de nível superior são os responsáveis pela execução do Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias – PAIF. Dentre os objetivos do PAIF estabelecidos pelo MDS está: -Promover o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência sociall.

A partir disso podemos entender o motivo pelo qual os técnicos de nível superior

dos CRAS realizam as visitas de descumprimento de condicionalidades, pois os mesmos são os responsáveis pela execução do PAIF que tem como um de seus objetivos promover o acesso a programas de transferência de renda.

Todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família estão em situação de vulnerabilidade social, portanto, são públicos do CRAS. Se essas famílias perdem o benefício essa situação se agrava, exigindo uma atenção especial da equipe técnica do CRAS, em analisar e encontrar meios de superação daquela situação.

Pode-se citar exemplos dessas situações: quando uma criança deixa de frequentar a escola porque está sendo obrigada por seus responsáveis a trabalhar. Com a visita dos técnicos do CRAS essa situação é detectada e são feitos os devidos encaminhamentos.

Portanto, pode-se afirmar que o CRAS e sua equipe são fundamentais para uma execução de qualidade do Programa Bolsa Família e entender como isso acontece é fundamental para serem encontrados os obstáculos e possíveis estratégias de melhoria e superação, resultando assim em um melhor atendimento às famílias.

3 METODOLOGIA

No processo da pesquisa, foi realizado um estudo bibliográfico mais aprofundado sobre o programa bolsa família, pois, a pesquisa bibliográfica constitui o início de todo projeto científico. Assim, -qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 31).

A pesquisa de campo iniciou com um primeiro contato e um levantamento sobre os equipamentos que trabalham diretamente com o público do Programa Bolsa Família. A cidade de Iguatu possui ao todo seis Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, em cada CRAS tem quatro profissionais que trabalham com as visitas de descumprimento de condicionalidades. Para a realização da nossa pesquisa foram realizadas algumas visitas a esses locais e, posteriormente, para um maior aprofundamento do trabalho, delimitou-se os profissionais de um CRAS localizado no município de Iguatu-Ce e foram realizadas entrevistas com os profissionais desse equipamento que trabalham com esse público. A entrevista foi realizada no dia 21 de setembro de 2018, ao todo foram entrevistados quatro profissionais que trabalham diretamente com as visitas de descumprimento de condicionalidades, a escolha desses quatro se deu justamente por serem os responsáveis na instituição pelo trabalho com as famílias em situação de descumprimento de condicionalidades.

A técnica utilizada para obter as informações foi a entrevista. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas não estruturadas que são caracterizadas de acordo com Richardson (2015) por conterem perguntas abertas, deixando os entrevistados à vontade para responderem de acordo com o que consideram relevante destacar, visando obter do entrevistado sua opinião sobre o tema e de que forma se dá o exercício profissional de cada um em relação ao objeto de estudo. De acordo com o autor citado:

A entrevista não estruturada, também chamada *entrevista em profundidade*, em vez de responder à pergunta por meio de diversas alternativas pré-formuladas, visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo. Por meio de uma conversação guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. A entrevista não estruturada procura saber que, como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita. (RICHARDSON 2015, p. 208).

Essa entrevista buscou saber a compreensão dos profissionais sobre o Programa Bolsa Família e qual é o trabalho realizado com as famílias em descumprimento de condicionalidades. A partir do levantamento das informações através das entrevistas, foi

realizada uma pesquisa qualitativa para compreender detalhadamente e de forma crítica, as informações obtidas nas entrevistas, pesquisar um fenômeno social exige esse tipo de pesquisa, pois –a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (FONSECA, 2002, p. 20).

Portanto a pesquisa qualitativa é necessária nessa pesquisa para obter uma compreensão do real significado da incidência de famílias em descumprimento de condicionalidades, por exemplo, e buscar, a partir das informações expostas pelos entrevistados, entender a contribuição desses profissionais na superação dessa situação.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como mencionado anteriormente, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar o acompanhamento dos profissionais do CRAS às famílias em descumprimento de condicionalidade. E tem como objetivos específicos: buscar informações sobre quais são os principais motivos dos descumprimentos de condicionalidades das famílias daquele território; identificar como se dá o trabalho dos profissionais que fazem as visitas de descumprimento de condicionalidades e; avaliar os resultados dos trabalhos realizados com as famílias em descumprimento de condicionalidades. Para atingir tais objetivos foram realizadas entrevistas com profissionais que realizam esse trabalho no município de Iguatu-Ce.

Um dos objetivos do PAIF é viabilizar o acesso das famílias à programas sociais, dentre eles, está o Programa Bolsa Família, portanto, uma boa relação entre o Programa e o Centro de Referência de Assistência Social é fundamental para garantir que os objetivos do PAIF sejam atingidos com êxito. Diante disso os profissionais foram questionados quanto à relação que existe entre o Programa Bolsa Família e o CRAS: -O CRAS é uma unidade de proteção social básica com buscas a fortalecer a convivência familiar e comunitária, tendo como público alvo a ser atendido famílias beneficiárias do PBF e do BPC. (entrevistada 1).
-O CRAS acompanha as famílias beneficiárias do PBF e deve manter uma relação de proximidade com o setor responsável diretamente, facilitando o atendimento deste público. (entrevistada 3).¹

Percebe-se assim que o Programa Bolsa Família faz parte do CRAS, existindo uma relação direta entre os mesmos que contribuem mutuamente com o funcionamento um do outro.

Sobre a importância de ter um Programa como esse assistindo famílias em situação de desemprego, pobreza e conseqüentemente vulnerabilidade social, os profissionais nos afirmam que:

O PBF oportuniza o protagonismo e a emancipação das famílias beneficiárias, especialmente em decorrência de o benefício ser concedido em pecúnia, o que possibilita as famílias beneficiárias um maior distanciamento das antigas práticas assistencialistas, além de elas terem autonomia no gasto desses valores. O programa ainda reduziu consideravelmente a miserabilidade do país. Também oportunizou um processo de empoderamento da mulher, ao dar a ela a titularidade do benefício, dando-lhe maior autoridade no âmbito doméstico, e permitindo inclusive, que esta possa contribuir com a previdência social, o que reflete na diminuição da submissão destas em relação aos seus companheiros, fortalecendo os sentimentos de pertencimento e reconhecimentos sociais. (entrevistada 1)

Outro profissional ressaltou também a importância das condicionalidades, pois -através da oferta de um benefício é incentivada a participação da criança na escola, bem

como ações de prevenção a saúde, o que impacta positivamente na vida de muitas famílias brasileiras. (entrevistada 4).

É possível perceber através da fala dos profissionais que o Programa Bolsa Família faz diferença na vida das famílias, pois é visto de forma positiva pelos profissionais que acompanham diretamente os beneficiários e também por estudiosos do tema:

[...] deve-se registrar que os programas de transferência de renda, de fato, têm contribuído para a redução dos índices de desigualdade e pobreza no Brasil, principalmente na redução da pobreza extrema, diminuindo de certa forma as privações de vida dessas famílias beneficiárias. (Abreu, 2011. P. 50).

Pode-se observar, diante do exposto, a importância do Programa para as famílias beneficiárias. Portanto, se faz necessário saber o que vêm levando essas famílias a entrarem em situação de descumprimento de condicionalidades e conseqüentemente resultando na suspensão e/ou cancelamento de seus benefícios.

Quando os profissionais entrevistados foram questionados sobre o principal motivo de descumprimento de condicionalidades a resposta foi unânime: infrequência escolar. Ou seja, a maioria das famílias do município de Iguatu que estão em descumprimento de condicionalidade se encontram nessa situação, pela baixa frequência escolar de suas crianças e/ou adolescentes.

Após entender a infrequência escolar como o grande problema a ser enfrentado pelas famílias em descumprimento de condicionalidades, os profissionais foram questionados sobre o trabalho realizado com essas famílias:

Inserção da família no acompanhamento PAIF e da criança/adolescente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sendo realizados encaminhados para a rede de políticas públicas a depender das especificidades que o caso demanda. (entrevistada 1)

Orientações sobre as responsabilidades no que diz respeito as condicionalidades da política educacional. (entrevistada 2)

Realizamos visitas domiciliares, acompanhamento das famílias pelo PAIF, atendimentos socioassistenciais individualizados, orientações às famílias, dentre outras ações. (entrevistada 4).

Percebe-se assim, que há uma inserção das famílias em descumprimento de condicionalidades nos serviços do CRAS e na rede de políticas públicas da cidade como um todo, de acordo com a necessidade de cada família.

Perguntou-se, em seguida, se esse trabalho tinha um resultado positivo e se as famílias conseguiam superar essa situação e voltar a receber o benefício, 50% dos entrevistados responderam que sim, os outros 50% responderam que:

Na maioria das vezes, sim. Mas, infelizmente, há casos que os adolescente estão inseridos em um contexto de risco social e/ou violência tão acentuado, especialmente em decorrência do envolvimento com drogas, que os acompanhamentos realizados e tentativas de reinserção escolar restam infrutíferos. (entrevistada 1).

Em alguns casos sim, outros não. A vulnerabilidade educacional é superada de acordo com o nível de interesse da criança/adolescente e com o incentivo maior por parte dos genitores ou progenitores. (entrevistada 2).

Percebe-se, então, que em sua grande maioria os casos são sim solucionados e as crianças e/ou adolescentes voltam a frequentar a escola e a família volta a receber o benefício. Sobre a importância desse trabalho realizado com essas famílias os profissionais responderam:

É de suma importância para a família contar com um acompanhamento social na busca pela superação da vulnerabilidade desencadeadora do descumprimento de condicionalidades. O CRAS atua na garantia do acesso aos direitos socioassistenciais, assim, por meio do acompanhamento familiar, é possibilitada à família o acesso as demais políticas setoriais, bem como a superação da vulnerabilidade e o fortalecendo dos vínculos familiares. (entrevistada 1).

Esse trabalho é positivo uma vez que conseguimos, na maioria das vezes, fazer com que a família volte a receber o benefício. (entrevistada 4).

A importância do trabalho da equipe do CRAS com as famílias em situação de descumprimento de condicionalidades é inegável, contribui bastante para as famílias superarem a situação em que se encontram e retornarem a receber o benefício que é essencial para as mesmas.

No entanto, vale ressaltar que não é feito um trabalho preventivo com as famílias beneficiárias do programa, algo que trabalhe na redução do número de famílias em descumprimento de condicionalidades, como podemos observar:

O CRAS só vem atuando após a família já está em situação de descumprimento, não sendo realizadas ações de caráter continuado com vistas à prevenção de sua ocorrência. Todavia, já foram realizadas ações pontuais entre o CRAS e o PBF a fim de conscientizar a família acerca da importância do cumprimento destas condicionalidades. (entrevistada 1).

Pode-se constatar assim, que o trabalho com as famílias em situação de descumprimento de condicionalidades é realizado sim e seu saldo é bastante positivo, tendo em vista o êxito que as famílias têm em superar a situação e retornar a receber o benefício do Programa Bolsa Família. Porém, percebe-se a necessidade de se realizar um trabalho preventivo com as famílias que não estão em situação de descumprimento de condicionalidades, para que as mesmas não venham a entrar nessa situação. É necessário também que seja realizado um trabalho por parte da gestão pública do município, unindo as

políticas de assistência social e educação, para se estudar e analisar o motivo que têm levado tantas crianças e adolescentes a estarem com baixa frequência escolar, buscando a partir desse estudo, estratégias de superação dessa situação no município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral: investigar o acompanhamento dos profissionais do CRAS às famílias em descumprimento de condicionalidades. E têm como objetivos específicos: buscar informações sobre quais são os principais motivos dos descumprimentos de condicionalidades das famílias daquele território; identificar como se dá o trabalho dos profissionais que fazem as visitas de descumprimento de condicionalidades e; avaliar os resultados dos trabalhos realizados com as famílias em descumprimento de condicionalidades.

É importante afirmar que a presente pesquisa não esgota e nem tem a intenção de esgotar as análises sobre esse tema, pois a realidade está em constante movimento. O que apresentou-se no presente trabalho foi a reunião provisória de algumas análises sobre o assunto e os seus rebatimentos para o município de Iguatu. Portanto, as conclusões encontradas na pesquisa, não são definitivas, pois estão inseridas em relações que sofrem constantes transformações históricas e sociais.

O Brasil é marcado por um alto índice de pobreza, sendo importante enfatizar a região Nordeste, como foi exposto na pesquisa, o número de beneficiários do Programa Bolsa Família nessa região é bem alto, o que nos remete que a pobreza nessa região também é elevada. O atual cenário de políticas públicas no Brasil não é favorável, estamos vivendo um momento de retrocessos de direitos conquistados pela população brasileira.

Diante disso, pode-se concluir com a presente pesquisa que o Programa Bolsa Família tem sido essencial para a sobrevivência de muitas famílias, porém, muitas famílias, principalmente no atual cenário, vêm perdendo esse benefício e foi possível observar que no município de Iguatu o maior motivo desses cortes do PBF têm sido a infrequência escolar das crianças e adolescentes.

É realizado um trabalho através dos CRAS de busca e orientação à essas famílias. E através da nossa pesquisa identificamos que os resultados desse trabalho são bastante positivos, tirando muitas famílias dessa situação.

No entanto, identificou-se também que não há no município um trabalho preventivo, ou seja, um trabalho que evite que mais e mais famílias venham a entrar em descumprimento de condicionalidades, pois o trabalho com os beneficiários só é realizado após os mesmos já estarem em situação de descumprimento de condicionalidades.

Essa pesquisa representa uma contribuição para que a gestão pública do município, em conjunto com os CRAS estudem e elaborem estratégias para a realização de um trabalho

preventivo para que o número de famílias em descumprimento de condicionalidades seja reduzido. Outra sugestão da pesquisa é a realização de um estudo de caso realizado pelas políticas de assistência social e educação da cidade sobre o motivo que tem levado tantas crianças e adolescentes a não frequentarem a escola. E a partir desse estudo elaborar estratégias para combater a evasão escolar dentro do município de Iguatu.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lara Bittencourt Paes. **O programa bolsa família: entre a proteção e a “desproteção” social de seus beneficiários.** Rio das Ostras: UFF, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Benefícios.** 2015. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios> > Acesso em: 23 set. 2018.

_____. **Condicionalidades.** 2015. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades#top1> > Acesso em: 20 set. 2018.

_____. **Registro de justificativas para baixa frequência escolar ainda é desafio para o bolsa família.** 2007. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/Informe%2074.pdf > Acesso em: 25 set. 2018.

_____. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.** 2015. Disponível em: < <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif> > Acesso em: 29 set. 2018.

BRANCO, Mariana. **Governo cancela 469 mil benefícios do bolsa família e bloqueia 667 mil.** 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/governo-cancela-469-mil-e-bloqueia-667-mil-beneficios-do-bolsa-familia> > Acesso em: 30 set. 2018.

FECAM. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** 2009. Disponível em: < <http://sistemas.fecam.org.br/SUAS/publicacoes/11-%20Cras%20Orienta%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnicas.pdf> > Acesso em: 12 set. 2018.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GOMBATA, Marsílea. **Entenda como funciona o bolsa família**. 2014. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-como-funciona-o-bolsa-familia-248.html> > Acesso em: 15 set. 2018.

MARCHESINI, Lucas. **Benefícios do bolsa família sustentam 21% da população do país**. 2018. Disponível em: < <https://www.valor.com.br/brasil/5306087/beneficios-do-bolsa-familia-sustentam-21-da-populacao-do-pais> > Acesso em: 10 set. 2018.

MORAES, Verena Duarte de e; MACHADO, Cristiani Vieira. **O programa bolsa família e as condicionalidades de saúde: desafios da coordenação intergovernamental e intersetorial**. Rio de Janeiro, 2017.

MOREIRA, Nathalia Carvalho; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas Carvalho e; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. **Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social**. Rio de Janeiro, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, Dionício dos Santos; GALVÃO, Inaiara dos Santos; SILVA, Maria dos Santos e; SANTOS, Roberto Ribeiro dos. **Vulnerabilidade social e o programa bolsa família: a aplicação da educação não formal como ferramenta de emancipação**. São Francisco do Conde: UNILAB, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

Apêndice I

Entrevista:

- 1- Qual a relação do Programa Bolsa Família com o Centro de Referência de Assistência Social?
- 2- Como você analisa a importância do Programa Bolsa Família na vida das famílias beneficiárias?
- 3- Qual trabalho realizado com as famílias em descumprimento de condicionalidades?
- 4- Quais são os principais motivos de descumprimento de condicionalidades encontrados nos acompanhamentos?
- 5- Quais são as estratégias adotadas para a superação das situações de descumprimento de condicionalidades?
- 6- Como você analisa a importância desse trabalho realizado com as famílias em descumprimento de condicionalidades?
- 7- Após o trabalho realizado com essas famílias, elas conseguem superar a situação de descumprimento e retornam a receber o benefício?
- 8- Quais as medidas para evitar que estes descumprimentos ocorram?

Apêndice II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **ACOMPANHAMENTO DE CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA** que está sob a responsabilidade da pesquisadora Renata Alves Bezerra, estudante do curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB *campus* Piquet Carneiro e está sob orientação da Prof^a Vanessa Ingrid da Costa Cardoso.

A pesquisa tem como objetivo buscar informações sobre quais são os principais motivos dos descumprimentos de condicionalidades das famílias daquele território. Assim como, identificar como se dá o trabalho dos profissionais que fazem as visitas de descumprimento de condicionalidades.

Solicitamos a sua colaboração para participar da pesquisa, como também sua autorização para apresentar e publicar os resultados deste estudo em eventos científicos. Quando da publicação dos resultados serão preservadas as condições de sigilo, a identidade do(a) entrevistado(a) será protegida e o material transcrito ficará sob a guarda da pesquisadora responsável.

A pesquisa não acarretará nenhuma despesa ou riscos previsíveis ao(a) participante. Você poderá recusar a continuidade da participação em qualquer momento sem que isso acarrete penalidade ou constrangimento por parte da pesquisadora e da instituição. Para a coleta de dados serão utilizadas entrevistas individuais.

A pesquisadora se coloca a disposição para quaisquer esclarecimentos que considerar necessário através do contato pelo e-mail renatabezerra0394@gmail.com.

(assinatura da pesquisadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA

Eu, _____ abaixo assinado, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de ter esclarecido as minhas dúvidas concordo em participar do estudo, **ACOMPANHAMENTO DE CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**, como voluntário(a).

Fui _____ devidamente _____ esclarecido(a) pela pesquisadora sobre as pesquisas e os procedimentos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do(a) participante _____